

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	192.172.858.255
Preferenciais	0
Total	192.172.858.255
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.335.676	1.312.562
1.01	Ativo Circulante	257.594	244.823
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	212.658	192.687
1.01.03	Contas a Receber	30.964	34.272
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	30.964	34.272
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.311	3.111
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.311	3.111
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.510	12.035
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.151	2.718
1.01.08.03	Outros	2.151	2.718
1.02	Ativo Não Circulante	1.078.082	1.067.739
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	137.692	142.160
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.665	68.020
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	62.665	68.020
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	75.027	74.140
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	70.796	69.909
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.231	4.231
1.02.03	Imobilizado	8.470	8.872
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.470	8.872
1.02.04	Intangível	931.920	916.707
1.02.04.01	Intangíveis	931.920	916.707
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	931.920	916.707

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.335.676	1.312.562
2.01	Passivo Circulante	217.591	3.090.667
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.738	4.824
2.01.01.01	Obrigações Sociais	788	1.063
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.950	3.761
2.01.02	Fornecedores	23.809	39.986
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.809	39.986
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.241	4.237
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.248	2.161
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.248	2.161
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.993	2.076
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	2.891.584
2.01.04.02	Debêntures	0	2.891.584
2.01.05	Outras Obrigações	1.915	3.051
2.01.05.02	Outros	1.915	3.051
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	533	523
2.01.05.02.05	Outros Passivos	1.382	2.528
2.01.06	Provisões	182.888	146.985
2.01.06.02	Outras Provisões	182.888	146.985
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	182.888	146.985
2.02	Passivo Não Circulante	571.344	808.328
2.02.02	Outras Obrigações	1.284	236.510
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	235.169
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	235.169
2.02.02.02	Outros	1.284	1.341
2.02.02.02.03	Outros Passivos	132	189
2.02.02.02.04	Fornecedores Nacionais	1.152	1.152
2.02.04	Provisões	570.060	571.818
2.02.04.02	Outras Provisões	570.060	571.818
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	312.377	312.150
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	9.931	9.732
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	247.752	249.936
2.03	Patrimônio Líquido	546.741	-2.586.433
2.03.01	Capital Social Realizado	1.921.729	303.578
2.03.02	Reservas de Capital	381.463	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.756.451	-2.890.011

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	116.756	108.053
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-101.840	-92.397
3.03	Resultado Bruto	14.916	15.656
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.728	-4.655
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.510	-4.799
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.012	-4.184
3.04.02.02	Honorários da Administração	-498	-615
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	144
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-218	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.188	11.001
3.06	Resultado Financeiro	1.124.372	-95.283
3.06.01	Receitas Financeiras	1.218.768	7.224
3.06.02	Despesas Financeiras	-94.396	-102.507
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.133.560	-84.282
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.133.560	-84.282
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.133.560	-84.282
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0059	-0,00277

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	1.133.560	-84.252
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.133.560	-84.252

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	37.074	44.228
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.277	52.766
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	1.133.560	-84.282
6.01.01.03	Depreciação e amortização	10.351	17.121
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	796	-118
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	199	131
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	81.326	90.693
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-1.996	-1.658
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	0	8.811
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	228	0
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	32.987	22.068
6.01.01.15	Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	-1.209.174	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.203	-8.538
6.01.02.01	Contas a Receber	3.308	4.630
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	3.525	763
6.01.02.03	Outros Ativos	567	2
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-16.176	10.044
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	10	-10
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	5	-715
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-86	596
6.01.02.08	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-888	-2.438
6.01.02.09	Outros Passivos	-1.203	-1.114
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-200	-368
6.01.02.11	Provisão para manutenção - pagamento	-65	-19.928
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.103	-22.743
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-24	-2.185
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-24.430	-21.048
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	7.351	490
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.971	21.485
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.687	141.461
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	212.658	162.946

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.618.151	0	0	0	0	1.618.151
5.04.01	Aumentos de Capital	1.618.151	0	0	0	0	1.618.151
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.133.560	0	1.133.560
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.133.560	0	1.133.560
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	381.463	0	0	0	381.463
5.06.04	Integralização de instrumento patrimonial - Debêntures	0	381.463	0	0	0	381.463
5.07	Saldos Finais	1.921.729	381.463	0	-1.756.451	0	546.741

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-1.286.125	0	-982.547
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-1.286.125	0	-982.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.282	0	-84.282
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.282	0	-84.282
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-1.370.407	0	-1.066.829

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	126.360	117.733
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	96.922	91.895
7.01.02	Outras Receitas	29.438	25.838
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	24.337	20.571
7.01.02.02	Receitas Acessórias	4.382	3.986
7.01.02.03	Outras Receitas	719	1.281
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-99.214	-73.185
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-71.898	-50.511
7.02.04	Outros	-27.316	-22.674
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-24.284	-20.278
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-1.530	-1.444
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-1.502	-952
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.146	44.548
7.04	Retenções	-10.351	-17.123
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.351	-17.123
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.795	27.425
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.218.768	7.224
7.06.02	Receitas Financeiras	1.218.768	7.224
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.235.563	34.649
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.235.563	34.649
7.08.01	Pessoal	9.600	9.057
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.676	6.270
7.08.01.02	Benefícios	2.212	2.458
7.08.01.03	F.G.T.S.	712	329
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.323	8.415
7.08.02.01	Federais	4.153	3.530
7.08.02.03	Municipais	5.170	4.885
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.080	101.459
7.08.03.02	Aluguéis	1.046	818
7.08.03.03	Outras	82.034	100.641
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	0	8.811
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	82.034	91.830
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.133.560	-84.282
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.133.560	-84.282

Comentário do Desempenho



1T25

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - 31 de Março 2025**

16 de junho de 2025 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.– em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2025.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21—Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34—International Financial Reporting.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Sumário Executivo	Página 4
Tráfego de Veículos e Eixos Equivalentes	Página 5
Tráfego por praça	Página 6
Tarifas de pedágio	Página 7
Receitas	Página 8
Custos e Despesas operacionais	Página 9
EBITDA e Margem Ebtida	Página 10
Resultado Financeiro	Página 11
Debêntures	Página 12
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Comentário do Desempenho



Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4 bilhões na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

Processo de Recuperação Judicial

Em 15 de junho de 2013, a Companhia realizou a emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor total de emissão de R\$ 1.065.000.000,00. Em 08 de novembro de 2019, durante Assembleia Geral de Titulares de Debenturistas (AGD), foi declarado o vencimento antecipado das debêntures devido ao não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura. Em decorrência das deliberações da AGD, a companhia iniciou, ainda no dia 08 de novembro de 2019, os trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial.

O pedido de recuperação judicial foi ajuizado em 11 de novembro de 2019, e seu processamento deferido em 13 de dezembro do mesmo ano pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto (SP). O Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") foi homologado em 30 de setembro de 2021. Em 12 de novembro de 2024, o Juízo autorizou o início dos pagamentos das classes I, II (exceto debenturistas) e IV, com a primeira tranche paga em 16 de dezembro de 2024.

A partir da aprovação do PRJ pela ARTESP em 22 de novembro de 2024, foi permitida a implementação das medidas remanescentes do plano, incluindo aquelas destinadas aos debenturistas. Em 26 de março de 2025, os detentores das debêntures da 1ª Emissão receberam os pagamentos conforme as duas opções previstas no PRJ:

- **Opção A:** Substituição das debêntures RDVT11 por Debêntures de Participação ("DPL").
- **Opção B:** Substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("FIP RDT"), gerido pela Geribá Investimentos LTDA.

Finalmente, em 28 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, com a integralização dos créditos do FIP RDT e cancelamento das debêntures, concluindo a etapa prevista no Plano de Recuperação Judicial.

Comentário do Desempenho



Sumário Executivo

O cenário macroeconômico do Brasil é de crescimento moderado, com o PIB desacelerando e a inflação acima da meta. O IPCA acumulado em 12 meses atingiu 5,48% em março de 2025, pressionado pelo preço dos alimentos, enquanto as expectativas para 2025 e 2026 seguem elevadas.

Diante da inflação persistente, o Banco Central elevou a taxa Selic para 14,75% ao ano. No cenário externo, a volatilidade global e as decisões de política monetária em economias avançadas impactam o Brasil, exigindo cautela na condução das políticas econômicas. Nesse sentido, a atividade econômica mostra sinais de resiliência, entretanto o consumo sente os efeitos do crédito mais caro.

No primeiro trimestre de 2025 houve um aumento de 2,71% no tráfego de veículos, quando comparado ao primeiro trimestre do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 1,71%, em comparação aos primeiros três meses do ano anterior.

Comentário do Desempenho**Tráfego**

Nos três meses iniciais de 2025 o volume de tráfego teve um aumento de 2,71% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio e comerciais leves tiveram aumentos de, respectivamente, 3,45% e 0,68%. Por outro lado, o fluxo de veículos comerciais pesados apresentou uma redução de 0,05%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2025*	2024*	Variação
Passeio	5.651.609	5.462.873	3,45%
Comercial Leve	989.447	982.807	0,68%
Comercial Pesado	751.390	751.775	-0,05%
Total	7.392.446	7.197.455	2,71%

*Volume acumulado do período de janeiro à março.

No primeiro trimestre de 2025 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 1,71% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O tráfego de eixos equivalentes de passeio teve um aumento de 3,41%. Os tráfegos de eixos equivalentes das categorias comerciais leves e comerciais pesados tiveram aumentos de, respectivamente, 0,42% e 0,35%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2025*	2024*	Variação
Passeio	5.545.525	5.362.646	3,41%
Comercial Leve	2.369.055	2.359.143	0,42%
Comercial Pesado	4.480.085	4.464.565	0,35%
Total	12.394.665	12.186.354	1,71%

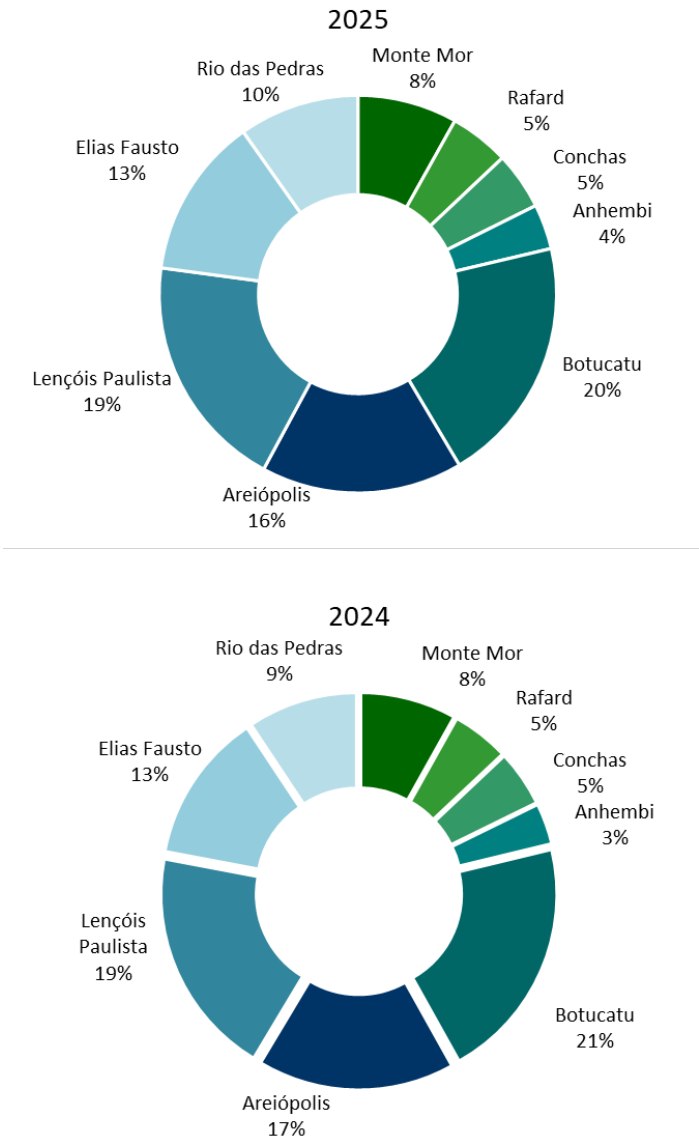
*Volume acumulado do período de janeiro à março



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 55% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 45% da receita.



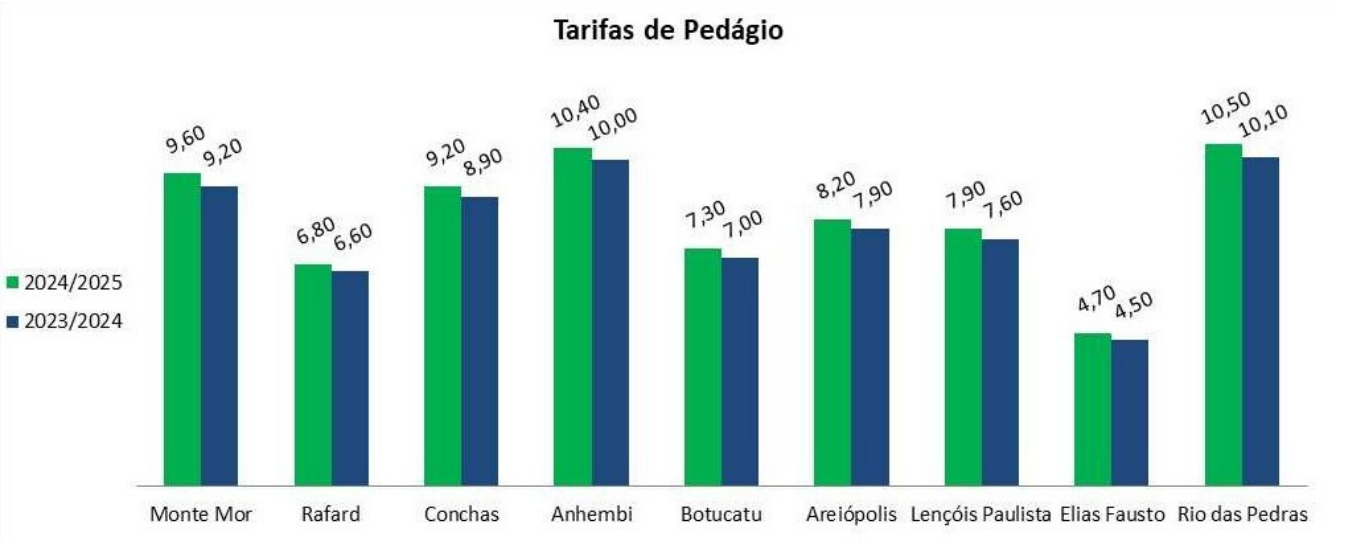


Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2024/2025 é de R\$ 8,29 contra R\$ 7,98 em 2023/2024.

Praça de pedágio	2024/2025	2023/2024
Monte Mor	9,60	9,20
Rafard	6,80	6,60
Conchas	9,20	8,90
Anhembi	10,40	10,00
Botucatu	7,30	7,00
Areiópolis	8,20	7,90
Lençóis Paulista	7,90	7,60
Elias Fausto	4,70	4,50
Rio das Pedras	10,50	10,10
Tarifa Média	8,29	7,98





Receitas

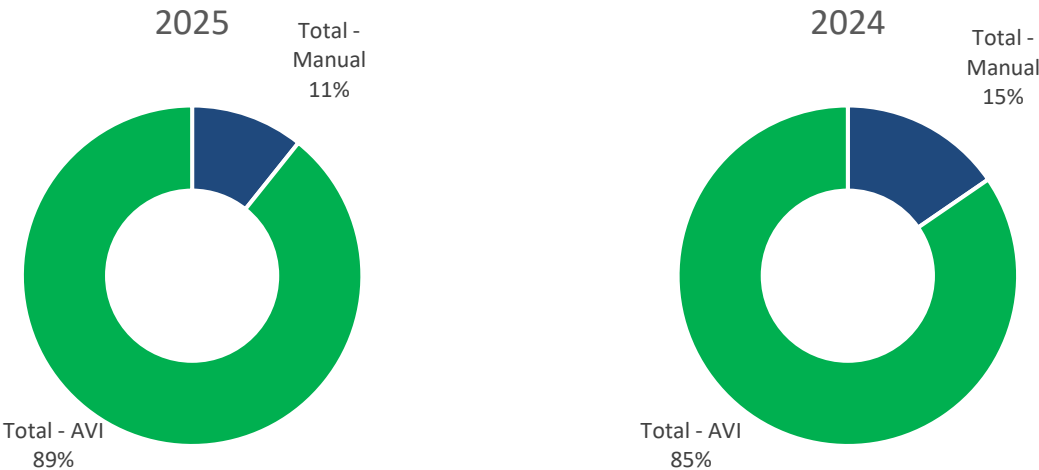
Receitas (em R\$ mil)	2025*	2024*	Variação
Receitas de Pedágio	96.922	91.985	5,47%
Receitas Acessórias	4.382	3.986	9,93%
Impostos sobre Receitas	(8.885)	(8.399)	5,79%
Receitas Operacionais	92.419	87.482	5,64%
Receitas de Construção	24.337	20.571	18,31%
TOTAL	116.756	108.053	8,05%

*Volume acumulado período de janeiro à março

A Concessionária obteve nos três primeiros meses de 2025, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 96.922 mil (R\$ 91.985 mil em 2024) e arrecadou R\$ 4.382 mil (R\$ 3.986 mil em 2024) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 8.885 mil nos três meses de 2025 (R\$ 8.399 mil em 2024).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 24.337 mil de receita de construção contra R\$ 20.571 mil no mesmo período de 2024 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de janeiro à março.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2025*	2024*	Variação
Com Pessoal	(9.102)	(8.441)	7,83%
Honorários da Administração	(498)	(615)	-19,02%
Manutenção e conservação	(20.733)	(22.324)	-7,13%
Serviço de terceiros	(2.584)	(2.160)	19,63%
Ônus variável da concessão	(1.530)	(1.444)	5,96%
Seguros e Garantias	(3.908)	(837)	366,91%
Outras receitas e despesas	(1.363)	(1.762)	-22,64%
Subtotal	(39.718)	(37.583)	5,68%
Custo de serviços de construção	(24.284)	(20.278)	19,76%
Provisão para demandas judiciais	(228)	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(32.987)	(22.068)	49,48%
Depreciação e amortização	(10.351)	(17.123)	-39,55%
Total	(107.568)	(97.052)	10,84%

*Volume acumulado período de janeiro à março.

Nos primeiros três meses do ano, houve um aumento de 10,84% nos custos e despesas operacionais, que passaram de R\$ 97.052 mil no primeiro trimestre de 2024 para R\$ 107.568 mil no primeiro trimestre de 2025. As principais variações foram:

- **Serviços de Terceiros:** Aumento dos gastos em decorrência de reajustes de contratos de serviços de limpeza e de novas contratações de serviços de consultoria ambiental e engenharia;
- **Seguros e Garantias:** Aumento dos gastos em decorrência da contratação de apólice de seguro garantia, antes prevista para o final de 2024;
- **Custo dos serviços de construção:** Crescimento dos gastos está vinculado à aquisição de materiais para atendimento às demandas de obras em andamento;
- **Provisão para manutenção em rodovias:** Crescimento vinculado à revisão das provisões destinadas à manutenção da infraestrutura, em função da proximidade do novo ciclo de recapeamento.

Comentário do Desempenho**EBITDA e MARGEM EBITDA**

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2025*	2024*	Varição
Resultado Líquido do Período	1.133.560	(84.282)	-1.444,96%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	0,00%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(1.124.372)	95.283	-1.280,03%
(+/-) Depreciação e Amortização	10.351	17.123	-39,55%
EBITDA	19.539	28.124	-30,53%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	32.987	22.068	49,48%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	228	-	-
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(65)	(19.928)	-99,67%
EBTIDA considerando efeito Cons. Especial (a)	52.689	30.264	74,10%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	57,01%	34,59%	22,42 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	65	19.928	-99,67%
Receitas Operacionais (b)	92.419	87.482	5,64%
EBITDA AJUSTADO (c)	52.754	50.192	5,10%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	57,08%	57,37%	-0,29 p.p

*Volume acumulado período de janeiro à março.

No primeiro trimestre de 2025, houve um aumento de 5,10% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 50.192 mil em 2024 para R\$ 52.754 mil em 2025. A margem EBITDA ajustada teve uma redução de 0,29 p.p.

Além disso, houve uma redução de 39,55% na depreciação e amortização, que passou de R\$ 17.123 mil no primeiro trimestre de 2024 para R\$ 10.351 mil no primeiro trimestre de 2025. Houve também um aumento de 49,48% na provisão para manutenção em rodovias por conta da adequação das provisões destinadas à manutenção da infraestrutura, considerando a aproximação do novo ciclo de conserva especial.

Comentário do Desempenho**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro no primeiro trimestre de 2025, comparado ao mesmo período de 2024, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2025*	2024*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(81.326)	(90.693)	-10,33%
Juros sobre mútuo	-	(8.811)	-100,00%
Outras Despesas Financeiras	(13.070)	(3.003)	335,23%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(94.396)	(102.507)	-7,91%
Receitas Financeiras	9.594	7.224	32,81%
Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	1.209.174	-	-
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	1.124.372	(95.283)	-
			1.280,03%

*Volume acumulado período de janeiro à março.

Nos primeiros três meses de 2025, ocorreu um aumento no resultado financeiro, que passou de -R\$ 95.283 no primeiro trimestre de 2024 para R\$ 1.124.372 mil em 2025. As principais variações foram:

- **Juros sobre Financiamentos e Debêntures:** Redução em decorrência da implementação no período do plano de recuperação judicial, que resultou no término das obrigações financeiras com esses títulos.
- **Outras despesas financeiras:** O aumento dos dispêndios nessa linha ocorreu em decorrência da concretização das medidas estabelecidas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial.
- **Receitas Financeiras:** Aumento da remuneração, como resultado da elevação da taxa de juros e da base maior de aplicações financeiras.
- **Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais:** Em conformidade com o Fato Relevante divulgado em 27 de março de 2025, a Companhia procedeu à integralização das debêntures RDVT13 ao patrimônio líquido, considerando que o ressarcimento dessas debêntures ocorrerá apenas quando for efetuado o reembolso proporcional dos haveres dos acionistas. O referido instrumento financeiro foi reconhecido no resultado com base em seu valor justo, conforme os preceitos estabelecidos pelo IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A mensuração do valor justo foi realizada por meio do método de fluxo de dividendos descontado.

Comentário do Desempenho



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$ 1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$ 610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures foram garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures eram remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215

Comentário do Desempenho**Debêntures - (continuação)**

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item “A”, este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item “A”, este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Em 12 de novembro de 2024, antes da prolação da Aprovação ARTESP, foi emitida uma decisão do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto autorizando o início dos pagamentos dos créditos às classes I, II (exceto debenturistas) e IV. Em 16 de dezembro de 2024 foi feita a primeira tranche de pagamentos relativos a estes créditos.

Em 22 de novembro de 2024 a Aprovação ARTESP foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, permitindo que, a partir desse momento, a Companhia pudesse iniciar o processo de implementação de todos os atos remanescentes relacionados ao Plano, notadamente os referentes aos debenturistas.

Em 26 de março de 2025, os debenturistas que detinham as debêntures de 1ª Emissão da Companhia tiveram o pagamento de suas debêntures, de acordo com o que constava no Plano de Recuperação Judicial, onde foram previstas as seguintes formas de pagamento:

- **Opção A:** Substituição das debêntures RDVT11 por Debêntures de Participação (“DPL – RDTV13”).
- **Opção B:** Substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP RDT”), gerido pela Geribá Investimentos LTDA.

Em 28 de março de 2025, conforme implementação das opções de pagamento previstas no PRJ, o Fundo, como acionista controlador, aprovou o aumento de capital social da Companhia, mediante a integralização dos créditos detidos pelo FIP RDT e o cancelamento das debêntures de 1ª emissão, uma vez que, o pagamento havia ocorrido de acordo com o Plano de Recuperação.

Comentário do Desempenho**Debêntures - (continuação)**

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.

Comentário do Desempenho



Obras e Investimentos

Complexo de Botucatu



Engloba 06 itens de investimentos (Marginais da SP-209, km 19+000 ao km 21+100 N/S; Marginais da SP-300, km 248+000 ao km 252+000 L/O; e Melhoria de 02 Dispositivos km 20+300 e km 248+900), que totalizam 11,5 quilômetros. Em andamento são as marginais da SP-209 e alças de acesso do dispositivo do km 20, com acesso provisório ao Shopping de Botucatu. O custo incorrido até março de 2025 foi de **R\$ 64,024 milhões**.

Alargamentos de OAE's na SP 300



Mantem-se o status de 4 alargamentos concluídos (km's 184+500, 186+450, 190+600 e 230+850) e 6 alargamentos em andamento (km's 171+900, 176+250, 207+900, 215+350, 215+500 e 299+550). O custo incorrido com os 10 alargamentos até março de 2025 foi de **R\$ 28,08 milhões**.

Dispositivo da SP-300, km 176+200



Execução do item de investimento, de melhoria do dispositivo da rodovia SP-300 km 176+200. Contempla a alteração da geometria (rotatória alongada), encaixes e alças de acesso para interligação com o viário municipal, englobando: terraplenagem, drenagem, pavimentação, sinalização e iluminação. O custo incorrido até março de 2025 foi de **R\$ 6,6 milhões**.

Passarelas



Engloba 02 itens de investimentos da SP-101, nos kms 17+400 e 22+200. Execução de 2 passarelas de pedestres em estrutura metálica e laje em Steel Deck englobando: terraplenagem, drenagem, acessibilidade e iluminação. Obra concluída em março. O custo incorrido até março de 2025 foi de **R\$ 8,05 milhões**.

Comentário do Desempenho



Responsabilidade Socioambiental



Campanha Abrace a Vida

O projeto Abrace a Vida reúne uma série de campanhas educativas voltadas à conscientização dos usuários das rodovias e das comunidades lindeiras, com foco na segurança viária e na valorização da vida.



Janeiro Roxo

A campanha Janeiro Roxo é uma iniciativa dedicada à conscientização e combate à hanseníase. Realizada ao longo do mês de janeiro, a campanha busca informar a população sobre os sinais e sintomas da doença, promover o diagnóstico precoce, combater o preconceito e reforçar que a hanseníase tem cura.



Palestras de Segurança Viária

Realização de palestras de segurança em empresas da região que solicitaram o nosso serviço. O nosso objetivo é levar informações capazes de evitar acidentes.



Entrega de Obras

Foram realizadas entregas de obras importantes como duas passarelas na rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP-101) e as melhorias do Trevo do Bidico, em Laranjal Paulista, na rodovia Marechal Rondon (SP-300).

Comentário do Desempenho**Balanço Patrimonial**

Ativo (em R\$ mil)	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	212.658	192.687
Contas a receber (Nota 6)	30.964	34.272
Despesas Antecipadas	8.510	12.035
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.311	3.111
Outros ativos	2.151	2.718
	257.594	244.823
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	62.665	68.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	-	-
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	70.796	69.909
Outros ativos	4.231	4.231
Imobilizado (Nota 9)	8.470	8.872
Intangível (Nota 10)	931.920	916.707
	1.078.082	1.067.739
Total do ativo	1.335.676	1.312.562

Comentário do Desempenho



Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2025	2024
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	23.809	39.986
Debêntures (Nota 14)	-	2.891.584
Credor pela concessão	533	523
Obrigações tributárias	4.241	4.237
Obrigações trabalhistas	4.738	4.824
Provisões (Nota 13)	182.888	146.985
Outros passivos	1.382	2.528
	217.591	3.090.667
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	1.152	1.152
Provisões (Nota 13)	570.060	571.818
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-	235.169
Outros passivos	132	189
	571.344	808.328
Total do passivo	788.935	3.898.995
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	1.921.729	303.578
Reserva de Capital	381.463	-
Prejuízos acumulados	(1.756.451)	(2.890.011)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	546.741	(2.586.433)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.335.676	1.312.562

Comentário do Desempenho



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2025	2024
Receita operacional líquida (Nota 16)	116.756	108.053
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(101.840)	(92.397)
Lucro bruto	14.916	15.656
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(5.510)	(4.799)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(ii))	(218)	144
	(5.728)	(4.655)
Lucro (prejuízo) operacional	9.188	11.001
Despesas financeiras (Nota 18)	(94.396)	(102.507)
Receitas financeiras (Nota 18)	1.218.768	7.224
Despesas financeiras, líquidas	1.124.372	(95.283)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	1.133.560	(84.282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	-	-
Lucro (Prejuízo) do período	1.133.560	(84.282)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	0,00590	(0,00278)

Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do período	1.133.560	(84.282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Depreciação e amortização	10.351	17.121
Rendimentos de aplicações financeiras	(1.996)	(1.658)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	-	-
Provisão (reversão) de <i>Impairment</i>	-	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	81.326	90.693
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	-	8.811
Provisões para demandas judiciais	229	-
Provisões para manutenção em rodovias	32.987	22.068
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	796	(118)
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	(1.209.174)	-
Variação monetária sobre provisão para investimentos	199	131
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-
	48.277	52.766
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	3.308	4.630
Despesas antecipadas	3.525	763
Tributos a recuperar	(200)	(368)
Depósitos judiciais	(888)	(2.438)
Outros ativos	567	2
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(16.176)	10.044
Credor pela concessão - ônus variável	10	(10)
Obrigações tributárias	5	(715)
Obrigações trabalhistas	(86)	596
Provisão para manutenção — pagamento	(65)	(19.928)
Outros passivos	(1.203)	(1.114)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	37.074	44.228
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	7.351	490
Investimentos no ativo imobilizado	(24)	(2.185)
Investimentos no ativo intangível	(24.430)	(21.048)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(17.103)	(22.743)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	19.971	21.485
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	192.687	141.461
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	212.658	162.946

Comentário do Desempenho



Relacionamento com o Auditor

No primeiro trimestre de 2025, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias para os Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2025, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 3.929 milhões (R\$ 5.116 milhões a valor nominal) e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 3.953 milhões (R\$ 5.140 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de março de 2025, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 75.614, antes do registro dos efeitos decorrente da recuperação judicial no montante de R\$ 1.209.174, que ocasionou o resultado positivo em R\$ 1.133.560, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2025 (2024 prejuízo de R\$ 84.282), um capital circulante líquido positivo de R\$ 40.003 (2024 negativo de R\$ 2.845.844) e patrimônio líquido de R\$ 546.741 (2024 negativo (passivo a descoberto) - R\$ 2.586.433) com R\$ 1.921.729 de capital subscrito pelos acionistas.

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações

contábeis intermediárias para os Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Na avaliação da Companhia, a Recuperação Judicial foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores ("Plano"), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021. Diversos prazos previstos no Plano são contados da data de homologação do Plano ("Data de Homologação" - 06.10.2021) ou da aprovação das operações previstas no Plano pela ARTESP ("Aprovação ARTESP" - 22.11.2024).

O Plano apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores incluiu os principais pontos para a reestruturação financeira:

- **Créditos quirografários detidos por Debenturista:** cada Debenturista teve a oportunidade de escolher entre duas opções de pagamento, sendo que a "Opção A" consistia na substituição das debêntures RDVT11 por "Debêntures de Resultado" e a "Opção B" consistiu na substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, gerido pela gestora Geribá ("Fundo de Investimento"). O impacto do registro deste ponto, está descrito na Nota 14 (c) e 15 (b).
- **Credores Trabalhistas:** pagamentos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- **Créditos quirografários detidos por não Debenturistas:** pagamento, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por credor, em 12 (doze) parcelas mensais; (i) caso haja saldo não superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o saldo será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento do valor inicial; e (ii) caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o valor que superar o limite de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será pago em 2 (duas) tranches, sendo que a primeira será de 40% (quarenta por cento) do valor devido remanescente pago em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais, sendo que a primeira parcela será devida no último Dia Útil do 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP e a segunda será de 60% do valor devido remanescente em uma parcela única, no último dia útil após 210 (duzentos e dez) meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP, o que acontecer por último, estando tal pagamento sujeito ao Bônus de Adimplência previsto no Plano (Cláusula 3.4.2.2.2.).
- **Alienação de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia e seus respectivos mútuos pelos acionistas anteriores (AB Concessões e Líneas BV) para o Fundo de Investimento, na forma do acordo de compra e venda das ações e respectivos mútuos ("SPA") anexo ao Plano.**
- **Créditos detidos pela ARTESP:** serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da Aprovação ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da Aprovação ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias para os Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em uma única parcela.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da Recuperação Judicial previu que o início da sua implementação somente poderia ocorrer após a Aprovação ARTESP, sendo que foi previsto inicialmente o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias da Data de Homologação para sua ocorrência. Este prazo foi sucessivamente estendido.

Em 12 de novembro de 2024, antes da prolação da Aprovação ARTESP, foi emitida uma decisão do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto autorizando o início dos pagamentos dos créditos às classes I, II (exceto debenturistas) e IV. Em 16 de dezembro de 2024 foi feita a primeira tranche de pagamentos relativos a estes créditos.

Em 22 de novembro de 2024 a Aprovação ARTESP foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, permitindo que, a partir desse momento, a Companhia pudesse iniciar o processo de implementação de todos os atos remanescentes relacionados ao Plano, notadamente os referentes aos debenturistas.

Em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia pelo qual informou que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal 8.987/95. Na sequência, e de forma tempestiva, a Companhia apresentou seus argumentos de defesa. No entanto, o referido processo vem sendo sucessivamente suspenso, desde 2021, através de deliberações da ARTESP, sendo que, a última suspensão ocorreu já após o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, através da deliberação ARTESP Nº 112, de 24 de abril de 2025, pela qual suspendeu o processo administrativo pelo prazo de mais 90 (noventa) dias corridos.

A Administração concluiu, com base na opinião dos assessores jurídicos internos, que, no estágio atual da Recuperação Judicial, incluindo o contexto da autorização de controle da transferência acionária obtida da ARTESP e a implementação das operações previstas no Plano, não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível, portanto, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no regime de continuidade.

A apresentação das Informações contábeis intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 16 de junho de 2025.

2. Base de preparação

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2025 foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias para os Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2025.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Reapresentação dos valores referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024

A Companhia está reapresentando, nessas informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2025, os saldos comparativos das informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2024, anteriormente aprovada, revisada e emitida em 14 de maio de 2024, em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 - Políticas contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para refletir o seguinte ajuste:

(a) Reconhecimento da baixa do saldo dos tributos diferidos

Em decorrência das projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço em R\$ 539.037 e R\$ 113.541, respectivamente. Em decorrência dos respectivos ajustes aos saldos iniciais, o resultado líquido referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2024 foi diminuído em R\$ 28.552.

Abaixo, a Companhia apresenta os efeitos correspondentes comparativos para as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do período de três meses findo em 31 de março de 2024.

1. Demonstração do resultado e do resultado abrangente em 31 de março de 2024

	Saldo em 31 de março de 2024		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 08)	28.552	(28.552)	-
Prejuízo do exercício	(55.730)	(28.552)	(84.282)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00184)		(0,00278)
Prejuízo do exercício	(55.730)	(28.552)	(84.282)
Total do resultado abrangente do exercício	(55.730)	(28.552)	(84.282)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias para os Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

2. Demonstração do fluxo de caixa do período de três meses findos em 31 de março de 2024

	Publicado	31/03/2024 Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do período	(55.730)	(28.552)	(84.282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.552)	28.552	-

3. Demonstração do valor adicionado no período de três meses findos em 31 de março de 2024

	Saldo em 31 de março de 2024		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Impostos, taxas e contribuições Federais (incluindo IOF)	(25.022)	28.552	3.530
Remuneração de capital próprio Prejuízo do exercício	(55.730)	(28.552)	(84.282)
Valor adicional total distribuído	34.649	-	34.649

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades	1.874	686
Aplicação financeira (i)	210.784	192.001
	212.658	192.687

(i) Referem-se a aplicação financeiras em Certificados de Depósitos bancários (CDBs), tendo essa aplicação sido remunerada a 98% do CDI em 2025 e 2024.

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	62.665	68.020
	62.665	68.020

Companhia mantém aplicações financeiras em Fundos de Investimentos vinculados, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 98% do CDI em 2025 e em 2024.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias para os Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações contábeis intermediárias. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pedágio eletrônico a receber	27.328	25.387
Cartões de pedágio a receber	753	913
Receitas acessórias	2.525	7.991
Valores em trânsito	573	196
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(215)	(215)
	<u>30.964</u>	<u>34.272</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.294	3.099
Outros impostos a recuperar	17	12
	<u>3.311</u>	<u>3.111</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	545.769	527.949
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	101.584	101.507
Provisão para participação nos lucros	254	-
Outras provisões	1.867	2.973
Provisão para manutenção de rodovias	137.298	130.778
Provisão para investimentos em rodovias	3.569	3.533
AVP Outorga	1.247	1.267
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta	329	658
Impairment - Tributo Diferido Ativo, após deduzido o saldo passivo	(368.941)	(746.525)
	<u>422.976</u>	<u>22.140</u>
Passivo:		
Tributos diferidos:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(21.754)	(22.140)
Ajuste a valor justo - Instrumentos patrimoniais	(401.222)	
	<u>-</u>	<u>-</u>
Líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Referem-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações
contábeis intermediárias para os Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 31 de março de 2025, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 368.941 (2024 - R\$ 746.525). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

A expectativa da administração é no sentido de que, com a implementação do Plano de Recuperação e repactuação do passivo da Companhia, será revertida a situação quanto aos resultados negativos da Companhia verificados em períodos passados, de modo que poderá ser alcançado resultado positivo em períodos futuros, permitindo-se a compensação futura do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

A administração da Companhia ressalva, contudo, que a baixa contábil de tal ativo não prejudica o seu direito de utilizar o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL para compensar parte de lucros tributáveis futuros, se e quando apurados, nos termos e condições estabelecidos pela legislação e regulamentação tributárias aplicáveis. Ademais, a alteração do cenário de incerteza quanto à implementação do Plano poderá impactar as estimativas da administração para o resultado de exercícios futuros, com a possibilidade de reconhecimento dos créditos de tributos diferidos cuja perda está sendo ora reconhecida.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações

contábeis intermediárias em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	287	962	600	1.854	377	4.114	8.194
Aquisições	11	2	179	2.143	-	140	2.475
Baixas	(5)	-	(16)	-	-	-	(21)
Transferência	45	-	-	-	-	(45)	-
Depreciação	(79)	(261)	(215)	(896)	-	(339)	(1.790)
Baixa de Depreciação	2	-	12	-	-	-	14
Saldo contábil, líquido	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Em 31 de dezembro de 2024							
Custo	1.432	3.316	6.170	6.563	377	7.949	25.807
Depreciação acumulada	(1.171)	(2.613)	(5.610)	(3.462)	-	(4.079)	(16.935)
Saldo contábil, líquido	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Em 31 de março de 2025							
Saldo inicial	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Aquisições	-	-	24	-	-	-	24
Baixas	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Depreciação	(20)	(38)	(51)	(232)	-	(85)	(426)
Baixa de Depreciação	2	-	-	-	-	-	2
Saldo contábil, líquido	241	665	553	2.869	377	3.785	8.470
Em 31 de março de 2025							
Custo	1.432	3.316	6.194	6.563	377	7.949	25.831
Depreciação acumulada	(1.191)	(2.651)	(5.661)	(3.694)	-	(4.164)	(17.361)
Saldo contábil, líquido	241	665	553	2.869	377	3.785	8.470
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Em 31 de março de 2025, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 10.480 (2024 - R\$ 9.287).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações
contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	224.283	383.180	25.762	251.028	2.797	887.050
Aquisições (vii)	-	99.085	817	39.893	2.730	142.525
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(50)	-	-	(50)
Baixa Amortização	-	-	50	-	-	50
Amortização (vi)	(20.385)	(42.852)	(2.362)	-	(2.001)	(67.600)
Baixa por <i>Impairment</i>	(10.734)	(33.147)	(1.386)	-	-	(45.268)
Saldo contábil, líquido	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	542.244	1.101.291	72.450	290.921	19.401	2.026.307
Amortização acumulada	(188.349)	(299.372)	(30.269)	-	(15.875)	(533.865)
<i>Impairment</i>	(160.731)	(395.653)	(19.351)	-	-	(575.735)
Saldo contábil, líquido	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Em 31 de março de 2025						
Saldo inicial	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Aquisições (vii)	-	20.339	164	3.998	637	25.138
Alienação	-	-	-	-	-	-
Amortização (vi)	(3.009)	(6.236)	(242)	-	(438)	(9.925)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	190.155	420.369	22.752	294.919	3.725	931.920
Em 31 de março de 2025						
Custo	542.244	1.121.630	72.614	294.919	20.038	2.051.445
Amortização acumulada	(191.358)	(305.608)	(30.511)	-	(16.313)	(543.790)
<i>Impairment</i>	(160.731)	(395.653)	(19.351)	-	-	(575.735)
Saldo contábil, líquido	190.155	420.369	22.752	294.919	3.725	931.920

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 6,05% em 31 de março de 2025 (2024 - 5,59%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 708 (2024 - R\$ 25.326).

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No período findo em 31 de março de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total de fornecedores foi como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	7.623	19.912
Cauções e retenções contratuais (i)	17.338	21.226
	24.961	41.138
Circulante	23.809	39.986
Não circulante (ii)	1.152	1.152

(i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

(ii) Em 2024, foram reconhecidos reclassificação para o não circulante no montante de R\$ 1.152, de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial.

12. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração fixa	498	615
	498	615

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Via Appia Concessões S.A. (sucessora de AB Concessões S.A.)	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	-	213.157
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	-	22.012
			-	235.169

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A no respectivo mútuo.

Os contratos possuem vencimento indeterminado e fazem parte do objeto do SPA assinado em 09 de agosto de 2021, através do qual, assim que obtido o seu fechamento, os mútuos serão transferidos para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Os mútuos foram remunerados até 31 de maio de 2024, com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês.

Em 10 de outubro de 2024, foi celebrado um termo de acordo entre os acionistas e Companhia, com a interveniência anuência do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, para a suspensão da incidência de juros a partir de 01 de junho de 2024 (inclusive), de forma que o saldo devedor dos mútuos acumulará os juros apenas até o dia 31 de maio de 2024. Em resultado desse acordo, a Companhia reverteu o valor de R\$ 2.763 de atualização registrado no mês de junho e a não incidência a partir dessa data.

Em 28 de março de 2025, foi celebrado a Assembleia Geral Extraordinária, onde o acionista controlador, Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo"), aprovou o aumento de capital social, mediante a integralização dos créditos detidos pelo Fundo em face da Companhia, sendo um deles o mútuo. O valor do mútuo no montante de R\$ 235.169, somado ao valor de R\$ 1.382.981 das debêntures transformadas em cotas do FIP, conforme PRJ, totalizaram o aumento de capital social de R\$ 1.921.729 (Nota 15).

13. Provisões

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis	15.874	15.874
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	11.857	11.857
Provisão para processos administrativos	273.371	273.371
Provisão para demandas judiciais tributárias	11.277	11.048
Provisão para investimentos em rodovias	9.931	9.732
Provisão para manutenção em rodovias	430.639	396.921
	<u>752.948</u>	<u>718.803</u>
Circulante	182.888	146.985
Não circulante	<u>570.060</u>	<u>571.818</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	31/12/2024	Adição	Reversão	31/03/2025
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	15.874	-	-	15.874
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.857	-	-	11.857
Provisão para processos administrativos (iii)	273.371	-	-	273.371
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	11.048	229	-	11.277
	312.150	229	-	312.378

	31/12/2023	Adição	Reversão	31/12/2024
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	14.937	4.624	(3.687)	15.874
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.214	952	(309)	11.857
Provisão para processos administrativos (iii)	262.072	18.664	(7.365)	273.371
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	-	11.048	-	11.048
	288.223	35.288	(11.361)	312.150

- (i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.
- (ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.
- (iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.
- (iv) As provisões para processos tributários referem-se, à estimativa de perdas prováveis relacionados ao processo de discussão da constitucionalidade dos Decretos nº 8.426/2015 e 8.451/2015. Este processo teve uma evolução negativa no período, razão pela qual foi constituída uma provisão. Em 31/12/2024 encontram-se constituídos depósitos judiciais no mesmo montante (relação de depósitos abaixo).

	31/03/2025	31/12/2024
Processos Administrativos	229.664	229.664
Processos Judicializados	42.254	42.254
Estimativa de notificações	1.453	1.453
	273.371	273.371

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a Companhia possui o equivalente a R\$ 12.169 (2024 - R\$ 12.169) de causas trabalhistas, R\$ 23.290 (2024 - R\$ 23.290) de causas cíveis, e R\$ 64.950 (2024 - R\$ 64.950) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis intermediárias.

Em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	31/12/2024	Adição	Reversão	31/03/2025
Cíveis (i)	44.756	2.228	(1.570)	45.414
Trabalhistas (ii)	14.105	-	-	14.105
Tributário	11.048	229	-	11.277
	69.909	2.457	(1.570)	70.796

- (i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 558 (2024 - R\$ 482) relacionados a processos cíveis e R\$ 44.858 (2024 - R\$ 44.274), relacionados a processos com a ARTESP;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R\$ 13.720 (2024 - R\$ 13.720) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque - Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores. O valor de R\$ 385 (2024 - R\$ 385) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2024	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/03/2025
Provisão para Investimentos	9.732	199	-	9.931
	9.732	199	-	9.931

	31/12/2023	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2024
Provisão para Investimentos	9.284	450	(2)	9.732
	9.284	450	(2)	9.732

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/03/2025	31/12/2024
2028	9.931	9.732
	9.931	9.732

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2024	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/03/2025
Provisão para manutenção	435.114	32.987	-	(65)	-	468.036
Ajuste a valor presente (AVP)	(38.193)	(507)	-	-	1.304	(37.396)
	396.921	32.480	-	(65)	1.304	430.640
Circulante	146.985	-	35.968	(65)	-	182.888
Não circulante	249.936	32.480	(35.968)	-	1.304	247.752

	31/12/2023	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2024
Provisão para manutenção	289.414	182.633	-	(36.933)	-	435.114
Ajuste a valor presente (AVP)	(26.696)	(18.379)	-	-	6.882	(38.193)
	262.718	164.254	-	(36.933)	6.882	396.921
Circulante	111.033	100.073	(27.188)	(36.933)	-	146.985
Não circulante	151.685	64.181	27.188	-	6.882	249.936

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o ano de 2023, a Companhia contratou empresa especializada para uma reavaliação detalhada do estado de conservação do pavimento das rodovias que compõem a sua malha rodoviária, com o objetivo de rever o seu atual plano de manutenção de pavimentos e identificar as necessidades de intervenções ao longo do período remanescente de concessão, mantendo as mesmas características e condições contratuais previstas no Edital com a execução dos serviços de Conservação Especial para Atendimento aos parâmetros e Ciclos de Intervenções. Desta análise, resultou a identificação da necessidade de execução de intervenções relevantes para o cumprimento das condições contratuais previstas no Edital, assim como de antecipação de intervenções nas rodovias que sofreram maiores impactos nos últimos anos, devido ao maior volume e alteração no perfil de tráfego pesado. Somado a estes fatores, verificou-se um aumento considerável no volume de precipitações pluviométricas nos últimos anos, o que contribui significativamente para a deterioração do pavimento

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/03/2025	31/12/2024
2025	182.888	146.985
2026	107.299	108.244
2027	88.207	88.984
2028	30.835	31.107
2029	21.411	21.600
	430.640	396.921

14. Debêntures

a) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	31/03/2025	31/12/2024
Principal corrigido pelo IPCA	-	1.897.475
Remuneração (juros)	-	1.007.001
Custos com emissão	-	(12.892)
	-	2.891.584
Circulante	-	(2.891.584)

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentação das debêntures

	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Baixa pela implementação da recuperação judicial - reestruturação de dívida	
31/12/2024					31/03/2025
2.891.584	82.034	-	-	(2.973.618)	-
31/12/2023	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2024
2.545.117	346.467	-	-	-	2.891.584

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017, mas em 08 de novembro de 2019, as amortizações foram interrompidas devido a declaração de vencimento antecipado das debêntures, onde a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1.

Em 26 de março de 2025, os debenturistas que detinham as debêntures de 1ª Emissão da Companhia tiveram o pagamento de suas debêntures, de acordo com o que constava no Plano de Recuperação Judicial, onde foi previsto duas formas de pagamento, conforme exposto Nota 1.1.

Em 28 de março de 2025, o Fundo, acionista controlador, aprovou o aumento de capital social da Companhia, mediante a integralização dos créditos detidos pelo FIP e o cancelamento das debêntures de 1ª emissão, uma vez que, o pagamento havia ocorrido de acordo com o Plano de Recuperação. O valor de R\$ 1.382.981 somado a R\$ 235.169 do mútuo, totalizam o valor de R\$ 1.618.151 que foram integralizados ao capital social da Companhia (Nota 15).

	28/02/2025	31/03/2025
Debêntures 1ª Emissão	2.973.618	-
Integralização de Capital Social	-	1.382.981
Debêntures 3ª Emissão - Instrumento Patrimonial	-	1.590.637
AVJ sobre Instrumento Patrimonial	-	(1.209.174)

O instrumento financeiro foi reconhecido no resultado pelo Valor Justo conforme requerimentos estabelecidos no IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos financeiros.

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**a) Capital social**

Em 31 de março de 2025, o capital social está representado por 192.172.858.255 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para o seu único acionista:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	100,00%	192.172.858.255
		<u>192.172.858.255</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2025, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 1.921.729. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Reservas de Capital**Debêntures**

A Companhia, por meio do Fato Relevante divulgado no dia 27 de março de 2025, realizou a integralização das debêntures RDVT13 ao seu patrimônio líquido, uma vez que estas debêntures serão ressarcidas somente no momento em que a Companhia realizar ao devido reembolso dos haveres dos acionistas na mesma proporção. O registro do valor da RDVT13 será demonstrado a seguir:

	31/12/2024	Adição	Reversão	31/03/2025
Debêntures Participação do Resultado	-	1.590.637	-	1.590.637
(-) Ajuste a Valor Justo	-	(1.209.174)	-	(1.209.174)
	-	381.463	-	381.463

O instrumento financeiro foi reconhecido no resultado pelo Valor Justo conforme requerimentos estabelecidos no IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O valor justo foi calculado com base no método fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros, cujas perspectivas de crescimento baseiam-se nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como dados de mercado. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo do contrato de concessão; e (ii) taxa de desconto: o Capital Próprio (Ke) foi realizado com base em informações atualizadas, resultando em uma taxa de 14,7% a.a. Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor justo deste instrumento patrimonial, a Administração identificou um ajuste a valor justo a ser constituído no resultado do período no montante de R\$ 1.209.174.

Taxa Ke	Impacto no valor justo 31.03.2025
13,2%	1.157.530
14,2%	1.192.865
14,7%	1.209.174
15,2%	1.224.650
15,7%	1.239.341

c) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receita com arrecadação de pedágio	96.922	91.895
Receita de serviços de construção	24.337	20.571
Receitas acessórias	4.382	3.986
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(8.885)	(8.399)
	<u>116.756</u>	<u>108.053</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/03/2025	31/03/2024
Com pessoal	(9.102)	(8.441)
Honorários da administração	(498)	(615)
Manutenção e conservação	(20.733)	(22.324)
Serviços de terceiros	(2.584)	(2.160)
Ônus variável da concessão	(1.530)	(1.444)
Seguros e garantias	(3.908)	(837)
Custo dos serviços de construção	(24.284)	(20.278)
Provisão para demandas judiciais	(228)	-
Provisão para manutenção em rodovias	(32.987)	(22.068)
Depreciação e amortização	(10.351)	(17.123)
Outras receitas e despesas	(1.363)	(1.762)
	<u>(107.568)</u>	<u>(97.052)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(101.840)	(92.397)
Despesas gerais e administrativas	(5.510)	(4.799)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(218)	144
	<u>(107.568)</u>	<u>(97.052)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(81.326)	(90.693)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	-	(8.811)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(1.502)	(952)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(13)	(14)
Outras despesas financeiras	(11.555)	(2.037)
	<u>(94.396)</u>	<u>(102.507)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.521	5.338
Atualização de impostos a recuperar	93	-
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	507	938
Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	1.209.174	-
Outras receitas financeiras	1.473	948
	<u>1.218.768</u>	<u>7.224</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>1.124.372</u>	<u>(95.283)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Salários e encargos sociais	(6.641)	(6.598)
Benefícios previstos em lei	(997)	(1.253)
Benefícios adicionais	(1.215)	(1.205)
Plano de Participação nos Resultados	(747)	-
	<u>(9.600)</u>	<u>(9.056)</u>

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Numerador:		
Lucro (Prejuízo) do período	<u>1.133.560</u>	<u>(84.252)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>192.172.858.255</u>	<u>30.357.847.596</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	<u>0,00590</u>	<u>(0,00278)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2025, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,15% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2025, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Ativo financeiro	Risco			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	8.867	6.650	4.434

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Ativo financeiro	Risco			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	5.852	4.389	2.926

- (i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2025 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	23.809	1.152	24.961
Credor pela concessão	533	-	533
Total	24.342	1.152	25.494

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	62.665	68.020
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	212.658	192.687
Contas a receber de clientes	30.964	34.272
Depósitos judiciais	70.796	69.909
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	-	2.891.584
Contas a pagar a fornecedores	24.961	41.138
Outras contas a pagar	1.514	2.718
Partes relacionadas - mútuo a pagar	-	235.169
Obrigações com o poder concedente	533	523

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de março de 2025 representa 85% (2024 - 18%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de março de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	212.658	212.658	192.687	192.687
Aplicações financeiras	62.665	62.665	68.020	68.020
Contas a receber de clientes	30.964	30.964	34.272	34.272
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures (Nota 14) (i)	-	-	2.891.584	-
Fornecedores	24.961	24.961	39.986	39.986
Outras contas a pagar	1.514	1.514	2.718	2.718
Partes relacionadas - mútuo a pagar	-	-	235.169	235.169
Obrigações com o poder concedente	533	533	523	523

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

As debêntures possuem valor justo zero conforme avaliado pela ANBIMA (nível 1). O valor justo não foi divulgado, pois a administração não valoriza internamente o passivo financeiro utilizando técnicas de nível 3 dada a incerteza envolvida no processo de reestruturação.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	62.394
	Responsabilidade civil geral	48.580
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	10.000
Seguro Garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação	157.000
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	170.000

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/03/2025	31/03/2024
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	708	1.137

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (em recuperação judicial)
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 75.614 mil, antes do registro dos efeitos decorrente da recuperação judicial no montante de R\$ 1.209.174 mil, que ocasionou o resultado positivo em R\$ 1.133.560 mil, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2025. Também, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às informações contábeis intermediárias que menciona que em 1º de março de 2021 foi emitido um Fato Relevante pela Companhia, informando que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., nos termos da Cláusula nº 38.3 do Contrato de Concessão nº 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal nº 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas nos 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão nº 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal nº 8.987/95. Comprovada a inexecução total ou parcial do contrato poderá, a critério do poder concedente, ocorrer a declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito de ampla defesa. O referido processo vem sendo sucessivamente suspenso desde 2021 por meio de deliberações da ARTESP e a última ocorreu através da deliberação ARTESP nº 112, de 24 de abril de 2025 pela qual houve a suspensão do processo administrativo pelo prazo de mais 90 (noventa) dias corridos. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa mesma nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Implementação do plano de recuperação judicial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia registrou no trimestre os efeitos da recuperação judicial. Em março de 2025, cada Debenturista teve a oportunidade de escolher entre duas opções de pagamento, sendo que a "Opção A" consistia na substituição das debêntures RDVT11 por "Debêntures de Resultado" e a "Opção B" consistiu na substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, gerido pela gestora Geribá ("Fundo de Investimento"). Os efeitos da reestruturação de dívida registrados ao resultado do trimestre totalizaram R\$ 1.209.174 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3 às informações contábeis intermediárias, a Companhia identificou e procedeu a ajustes

nos valores correspondentes referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024. Originalmente, emitimos, em 14 de maio de 2024, relatório com abstenção de conclusão, pela incerteza significativa sobre continuidade operacional em decorrência da implementação do plano de recuperação judicial, ausência de reconhecimento de redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível e de redução ao valor de realização dos tributos diferidos registrados no ativo, por meio de relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2024. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de junho de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2025.

Salto, 16 de Junho de 2025.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2025.

Salto, 16 de Junho de 2025

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro